

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Déborah Freire Ventura
Universidade Federal de Goiás (UFG)
deborahventura@ufg.br

Marina Lemes Landeiro
Universidade Estadual do Amapá (UEAP) / Universidade Federal de Goiás (UFG)
marina.landeiro@discente.ufg.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da pesquisa bibliográfica realizada na disciplina “Escola e Desigualdade”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/UFG) no ano de 2023, e teve como objetivo mapear como parte da produção do conhecimento científico analisa a Assistência Estudantil e sua contribuição para a permanência e a redução dos efeitos da desigualdade social nas Universidades Públicas Federais.

A desigualdade social não é um fato novo que surge com o modo de produção capitalista. Contudo, com o capitalismo observa-se pela primeira vez na história que “a pobreza cresce na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (Netto, 2010, s/p), a escassez passa, desse modo, a ser produzida socialmente.

Na educação, a desigualdade social está atrelada às desigualdades educacionais que se reproduzem na repetência e na evasão, por exemplo. Patto (2022) denomina esse fenômeno de “fracasso escolar”. Com uma leitura histórico-dialética, a autora enfrenta as explicações científicas biologizantes e culturais, que culpabilizam indivíduos e define o fracasso escolar como uma produção histórico-social.

A educação superior brasileira, historicamente de caráter elitista, também está neste contexto marcada por desigualdades sociais e educacionais. Dados do Censo da Educação Superior revelam que apenas 20,2% dos jovens de 18 a 24 anos acessam o ensino superior no país. Se o acesso é um problema, a permanência e a conclusão de

estudantes pobres também. A taxa de desistência acumulada, dos matriculados em 2013 na rede pública entre os anos de 2013 e 2022, foi de 52% (Inep, 2022).

METODOLOGIA E RESULTADOS

Para Lima e Miotto (2007), a pesquisa é um processo permanente e inacabado, de (re)construção da realidade. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, contribui para a fundamentação teórica do objeto e para a análise crítica dos dados. Segundo Lima e Miotto (2007, p. 38), ela “implica um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

Considerando o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que prevê a redução dos efeitos das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 2010), buscou-se artigos publicados em revistas com o escopo da educação de 2010 a 2012. Foram aplicados dois termos de busca: “assistência estudantil” e “permanência and ensino/educação superior”, e encontrados 147 artigos.

Nove artigos em cinco revistas foram selecionados por abordarem as desigualdades sociais na educação superior, atreladas às políticas de assistência e permanência, conforme o Quadro 1. Aqueles com foco em outros aspectos da assistência estudantil, como a saúde mental, foram descartados.

Quadro 1 - Artigos por revista

AUTOR(A)/ANO	TÍTULO	REVISTA
Andrade e Teixeira (2017)	Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade de Sorocaba (UNISO)
Paula (2017)	Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década	
Araújo (2019)	Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro	
Santos e Freire (2022)	Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB	

Felippe (2017)	Crescimento da oferta e a permanência dos estudantes: o debate sobre a assistência estudantil e os desafios da Educação Superior pública no Brasil	Cocar: Universidade Estadual do Pará (UEPA)
Rosa e Ribeiro (2017)	Percalços da permanência na educação superior: fatores socioeconômicos como condicionantes da evasão	
Oliveira (2020)	As representações sociais da assistência estudantil para estudantes beneficiados e não beneficiados	Psicologia da Educação: Universidade de São Paulo (USP)
Rego e Benevides (2019)	A assistência estudantil e a redução das desigualdades sociais no contexto de fragilização das políticas sociais	Inter-Ação: Universidade Federal de Goiás (UFG)
Silva, Santos e Reis (2021)	Assistência Estudantil e Ações Afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas	Educação & Sociedade: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a leitura e sistematização, identificou-se pelo resumo o tipo de pesquisa, palavras-chaves, agrupamentos temáticos e resultados. Quanto ao tipo de pesquisa, a predominância foi a bibliográfica, já as palavras-chaves, 17 (47,2%) referem-se aos termos de busca.

Especificamente quanto aos resultados, apenas um resumo não apresentou o desfecho de sua pesquisa. Nos demais, foi possível constatar:

→ Quatro trabalhos apresentam reflexões sobre o papel da assistência estudantil considerando o direito de estudar e a lógica liberal. Santos (2022) aponta que o direito à universidade está diretamente relacionado à vivência plena da cidadania e da democracia social, econômica e cultural. Régio e Benevides (2019) são críticas e concluem que os contingenciamentos operados pela lógica neoliberal às políticas sociais produzem ações fragmentadas e focalizadas. Para Felipe (2017) só é possível uma educação de qualidade se além do acesso também existir a garantia da permanência;

→ Dois resumos indicam a necessidade de compreender a assistência estudantil como um conjunto de ações. Silva, Santos e Reis (2021) concluem que o atendimento das condições materiais e simbólicas constituem-se numa forma de prevenção da retenção e da evasão. Oliveira *et al* (2020) apontam o desconhecimento dos estudantes sobre a representação social da assistência estudantil e suas ações, na maioria associando apenas a renda e a uma ajuda;

→ Outros dois resumos avaliam com ressalva e indicam que as políticas de acesso e de assistência estudantil não têm contribuído para a permanência. Paula (2017) problematiza o desafio da inclusão de novos perfis estudantis em um modelo de universidade pouco alterado. Em Andrade e Teixeira (2017), os resultados demonstram uma correlação baixa ou inexistente entre permanência, desempenho acadêmico e a percepção de desenvolvimento psicossocial diante das políticas de assistência estudantis;

→ Apenas Araújo (2019) entende a assistência estudantil como uma possibilidade efetiva de garantia da permanência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que não há consenso quanto à possibilidade da assistência estudantil contribuir com a permanência de estudantes pobres na educação superior, e conseqüente na redução das desigualdades sociais. Contudo, a maioria assume uma visão crítica e dialética diante da conjuntura marcada pela barbárie (Netto, 2010), que produz ações seletivas, focais e monetarizadas da assistência estudantil.

O que se põe no debate, ainda, é a resistência desses sujeitos (estudantes pobres que ocupam um local historicamente reservados às elites brasileiras), a luta pela democratização e pelo direito à educação superior de qualidade, num processo marcado pela dialética de incluir e excluir, que não altera as estruturas desiguais da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em dez. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior 2022: divulgação dos resultados. Ministério da Educação. Brasília: **INEP**, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em jan. 2024.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katályses**, Florianópolis, p. 37-45, abr., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em jan. 2023.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. In: **III Encontro Internacional "civilização ou barbárie"**. Serpa, 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>. Acesso em jan. 2024.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022. [Livro eletrônico] Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/932/844/3069?inline=1>. Acesso em jan. 2024.